

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, maio de 2013, número 65. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Conflitos no campo e a Reforma Agrária em Minas Gerais: 1986-2011

ARTIGO DO MÊS

Mesas de desarrollo rural en Uruguay: herramientas del desarrollo rural territorial

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

II Simpósio Movimentos Sociais na Contemporaneidade

EACH/São Paulo – São Paulo, 17 de maio de 2013.

LASA 2013 / Rumo a um novo contrato social?

XXXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos

Washington, DC – Estados Unidos, 29 de maio a 1º de junho de 2013.

II Seminário Internacional “Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente”

UFSCar/São Carlos – São Paulo, 4 a 6 de junho de 2013.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Conflitos no Campo Brasil 2012.

Autor: Comissão Pastoral da Terra.

Os dados permitem afirmar que há uma acirrada disputa pelos territórios, entre o capital e as comunidades

camponesas. O mais correto seria dizer que o capital continua a espoliar as comunidades de seus territórios, pois a disputa é dura e desigual.



Vídeo: Marinaleda, uma aldeia andaluza.

Produção: TV RTP.

Reportagem sobre um município espanhol onde o socialismo real é aplicado há mais de 30 anos. Com as terras obtidas dos grandes latifundiários, se deu empregos comunitários a centenas de pessoas. Afinal, por muito que digam que é impossível, a prática demonstra o contrário. Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=1R86Eg5e0o4>.



PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Elaboração: Danilo Valentin Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).

Revisão/Publicação: José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP) e Tiago Egídio Avanço Cubas.

Coordenação: Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP) e Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

CONFLITOS NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: 1986-2011¹

João Cleps Junior

Professor do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia - UFU
jcleps@ufu.br – <http://www.lagea.ig.ufu.br/>

Daise de Jesus Moura

Graduanda em Geografia – UFU – Bolsista IC/FAPEMIG
daise_jmoura@hotmail.com

Fabiana Borges Victor

Graduanda em Geografia – UFU – Bolsista IC/CNPq
fabianabvictor@yahoo.com.br

Márcia Carolina Silva

Graduanda em Geografia – UFU – Bolsista PROEX
marciatdr@gmail.com

Ricardo Luis de Freitas

Mestrando em Geografia – UFU – Bolsista CNPq
ricardodifreitas@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os principais dados da Reforma Agrária em Minas Gerais, a partir das pesquisas realizadas pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), com base nas fontes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Apresentamos, inicialmente, os dados da evolução da estrutura fundiária com a finalidade de mostrar o panorama da distribuição e concentração da propriedade da terra em Minas Gerais nos anos 1993, 1998, 2003 e 2011. Mostramos, no segundo momento, a evolução das ocupações de terras e manifestações sociais buscando compreender o processo de luta pela terra que, em Minas Gerais, envolve as disputas pela água e terra. Por último, é analisado o processo de Reforma Agrária através dos tipos de assentamentos criados por períodos de Governo, compreendendo os anos 1986 a 2011. São discutidos os tipos mais importantes que são: a desapropriação e compra de terras através dos programas de crédito fundiário, notadamente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e, complementares, apoiados pelo Banco Mundial, na denominada Reforma Agrária de Mercado (RAM).

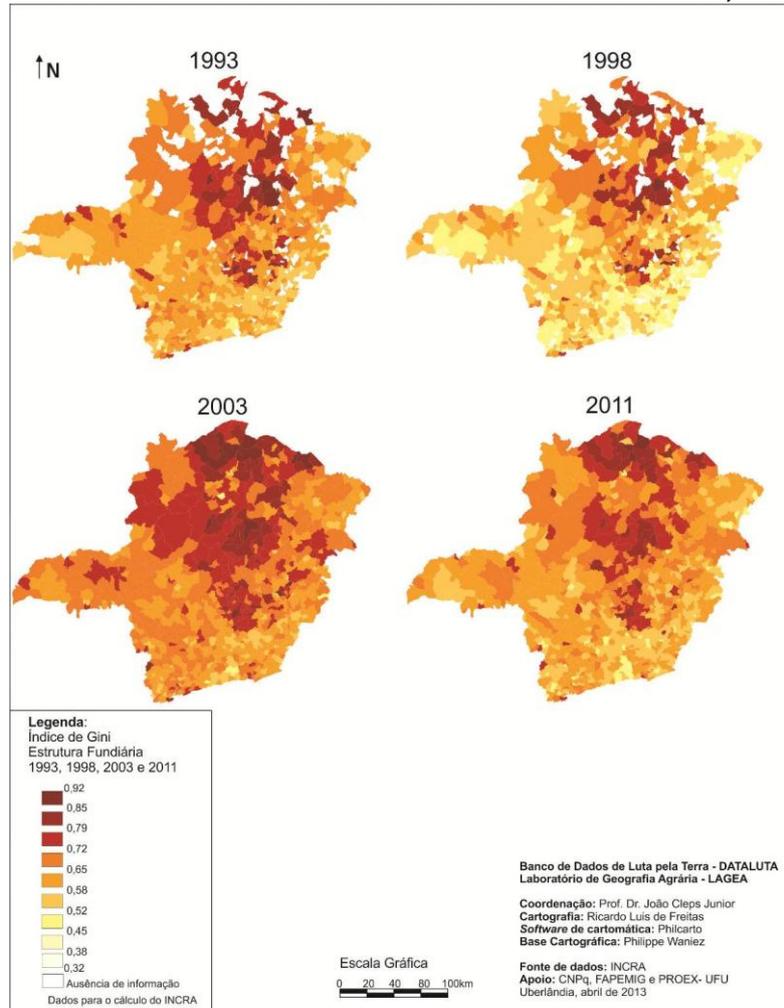
MINAS GERAIS: UMA ESTRUTURA FUNDIÁRIA REGIONAL DESIGUAL

Os dados das últimas duas décadas sobre o índices de *Gini* da estrutura fundiária (1993, 1998, 2003, 2011) evidenciam a alta desigualdade na distribuição da posse da terra em Minas Gerais. Conforme podemos observar na Prancha 1, o Norte e o Noroeste de Minas são as regiões que apresentam maiores índices de concentração da propriedade. Também são as regiões que registram maior intensidade das ações dos movimentos sociais rurais, principalmente por meio das ocupações de terras e manifestações, de acordo com o Relatório DATALUTA Minas Gerais de 2011².

¹ Este estudo foi apresentado previamente no Encontro de Pesquisa da Rede Dataluta, ocorrido na cidade de São Paulo-SP, no período de 10 a 14 de dezembro de 2012.

² Para baixar: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Prancha 1 – Minas Gerais - Índice de *Gini* da Estrutura Fundiária 1993, 1998, 2003 e 2011.

As maiores concentrações de terras estão nas seguintes mesorregiões: Norte de Minas (microrregiões de Janaúria, Janaúba, Pirapora, Grão Mogol, Salinas e Bocaiuva); Noroeste de Minas (a concentração da propriedade é forte na microrregião de Paracatu); Vale do Jequitinhonha (microrregiões de Diamantina e Capelinha); região Metropolitana de Belo Horizonte (Sete Lagoas e Belo Horizonte); Vale do Mucuri (Teófilo Otoni) e Central Mineira (Curvelo). Nessas microrregiões, o Índice de *Gini* apresenta concentração *forte e muito forte* (0,701 a 0,900) em 2003 e 2011³.

Na perspectiva de compreendermos a dimensão dos conflitos no campo mineiro, passamos a analisar as principais categorias sistematizadas pelo DATALUTA e pela CPT. O Mapa 1 ilustra os municípios e regiões do estado onde ocorreram maiores ações de ocupações de terras no período 1990-2011, compreendendo o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas. As ocupações de terras em Minas Gerais no período de 1988-2011, Gráfico 1, totalizam cerca de 669 ações, e foram realizadas predominantemente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

³ De acordo com Câmara (1949) = Concentração nula (0,000 a 0,100); Concentração nula a fraca (0,101 a 0,250); Concentração fraca a média (0,251 a 0,500); Concentração média a forte (0,501 a 0,700); Concentração forte a muito forte (0,701 a 0,900) e Concentração muito forte a absoluta (0,901 a 1,000). In: CÂMARA, L. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 77, p. 516-528, ago., 1949.

correspondendo a 35%, incluindo a participação com outros movimentos. Os anos de maior intensidade das ocupações, com 550, ocorreram entre os anos de 1996 a 2007, e correspondem a 82%, compreendendo os anos do 2º mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o 1º mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2006) e o primeiro ano de seu segundo mandato (2007). Por meio da intensa ocupação de terras, foi criado o maior número de assentamentos rurais entre os anos 1996 a 2007. (Ver Gráfico 2).

Mapa 1: Minas Gerais - Ocupações de Terras nos municípios - 1990-2011.

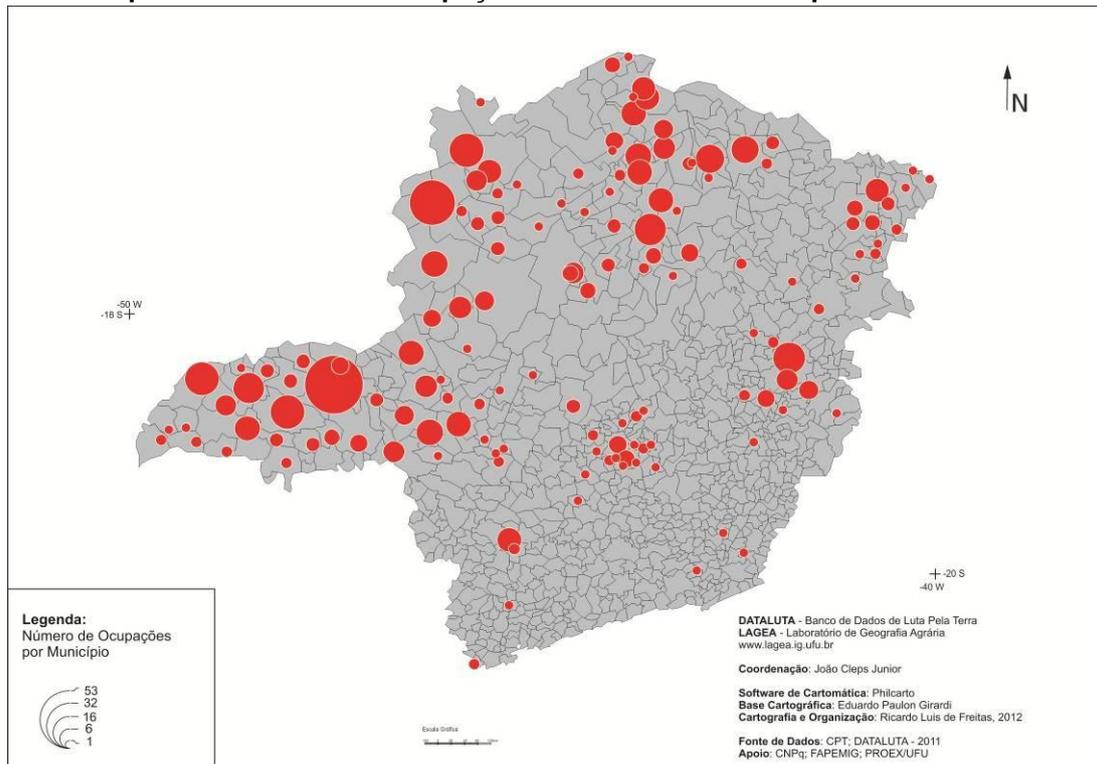
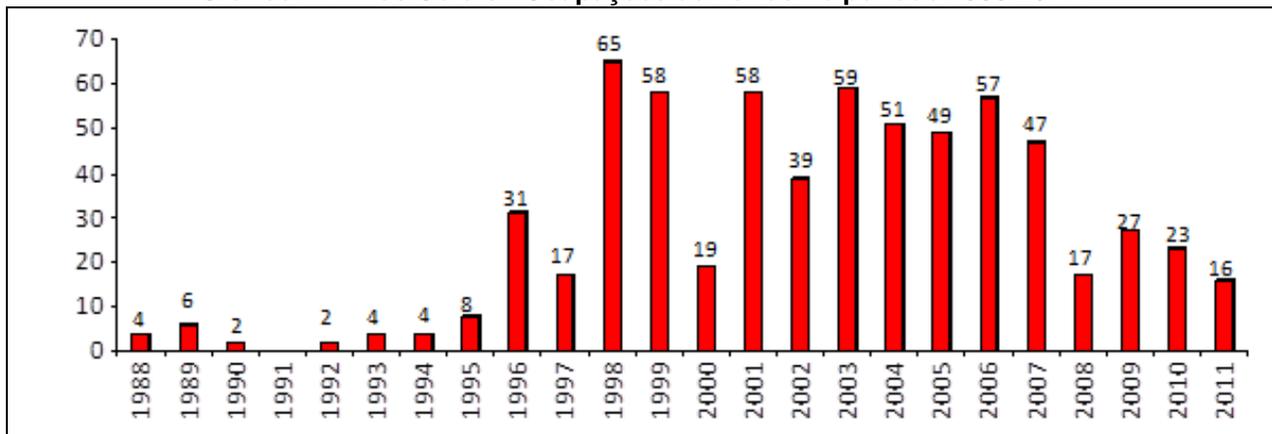


Gráfico 1: Minas Gerais - Ocupações de Terras no período 1988-2011.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

No governo de FHC, registrou-se um aumento significativo dos conflitos no campo, especialmente em relação às ocupações de latifúndios improdutivos. Isso ocorreu devido à política adotada pelo governo federal, que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a pobreza no campo.

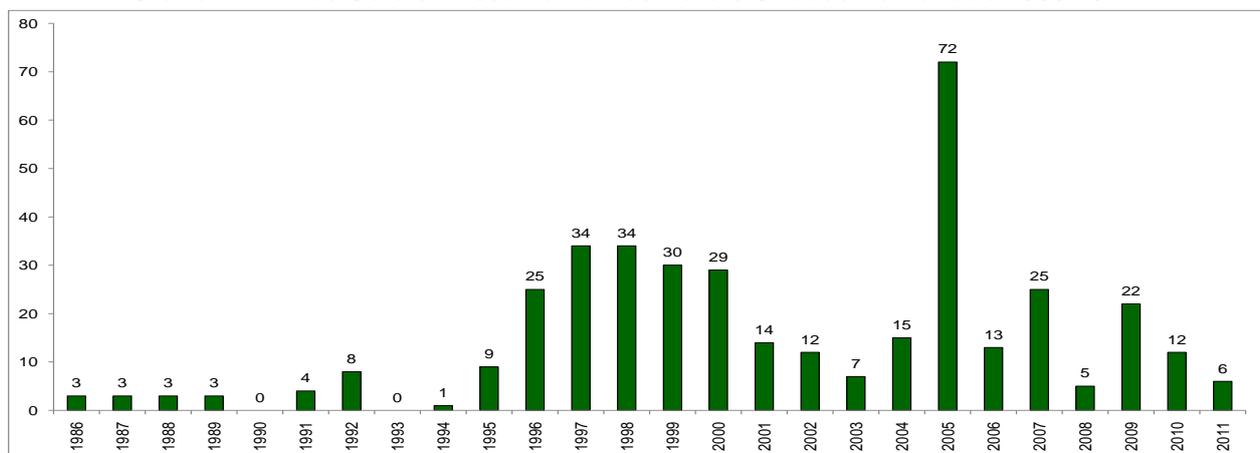
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

A partir de 2008, as ocupações no estado de Minas Gerais vêm diminuindo, acompanhando o ritmo nacional. Porém, a partir de 2010, os dados da CPT e DATALUTA, indicam a retomada e o aumento das ocupações de terras no país, demonstrando que, embora ainda pequeno, elas continuam sendo importante estratégia de luta pela Reforma Agrária para os movimentos do campo. O enfraquecimento da estratégia de ocupação, como forma de intimidação, foi criado para diminuir o avanço que os movimentos de luta pela terra estavam tendo naquele momento. É preciso compreender que a ocupação é uma contestação da ordem territorial vigente, e que os mantêm marginalizados, já que os impede de ter acesso à terra. Os componentes constitutivos de uma ocupação são: a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2006).

POLÍTICAS DE CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

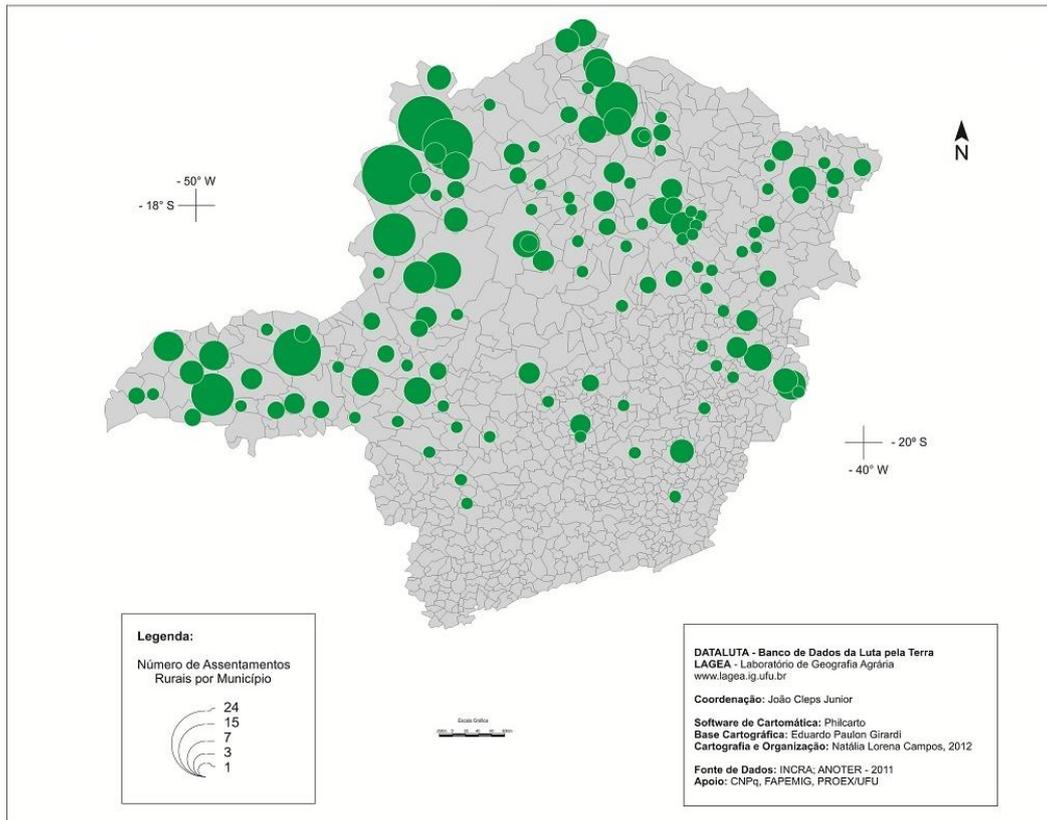
Em Minas Gerais, a Reforma Agrária inicia uma fase expressiva com a criação de assentamentos rurais somente a partir de meados da década de 1990, mais intensivamente a partir do Governo FHC (1995), como vemos no Gráfico 2 e Mapa 2. Através do Gráfico 3, evidencia-se que o maior número de projetos de assentamento foi criado no período do Governo FHC (1995 a 2002). No entanto, como será analisado, o seu governo caracterizou-se pela mudança na política de Reforma Agrária no Brasil. No primeiro mandato de Lula, a esperança dos movimentos de luta pela terra é que se efetivasse a Reforma Agrária neste país. No entanto, o que houve foi um retrocesso no número de assentamentos criados, pois continuou inalterada a política de financiamento de terras pelo Banco Mundial, mudando-se apenas o nome de alguns programas e criando-se novas linhas de crédito. Em 2003, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no primeiro mandato de Lula. O que de fato ocorreu foi a incorporação de um novo instrumento para propagandar o aumento do número de assentamentos. Surge então, a regularização fundiária. Dito isso, do total de 107 assentamentos criados em Minas Gerais, no primeiro mandato do Governo Lula, 28 foram obtidos por regularização fundiária. Esses dados de fato revelam que nesse período há um decréscimo do número de assentamentos criados pela Reforma Agrária.

Gráfico 2: Minas Gerais - Assentamentos Rurais Criados no Período 1986-2011.



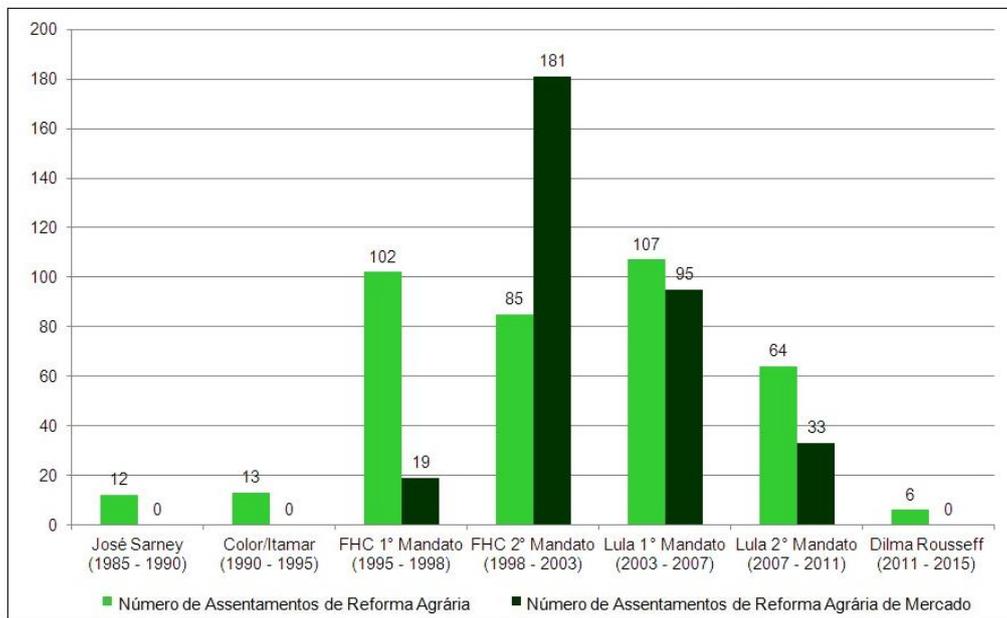
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

Mapa 2: Minas Gerais - Assentamentos de Reforma Agrária criados no Período 1985-2011.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

Gráfico 3: Minas Gerais – Número de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (RAM) por Períodos de Governo - 1985-2011.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012. Org.: FREITAS, R. L., 2012.

Nesse período, em Minas Gerais ocorreu o Massacre de Felisburgo, no dia 20 de novembro de 2004, em que cinco sem-terra morreram e 20 ficaram feridos após o ataque de 17 pistoleiros contra um acampamento do MST. Passados quase dez anos, os criminosos ainda estão impunes. Esse fato contribuiu

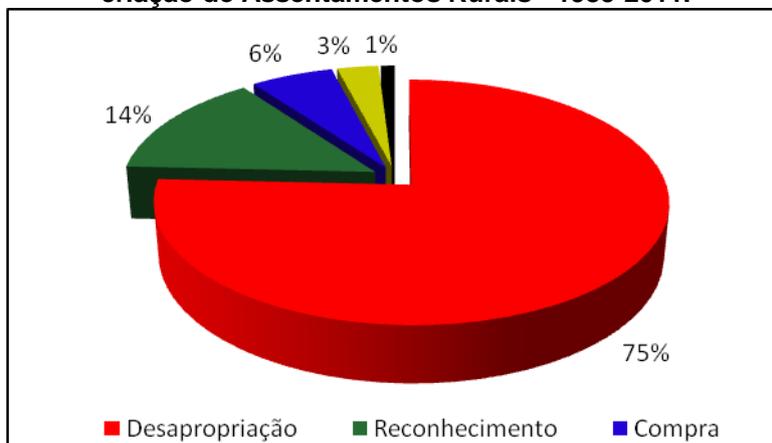
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

para a criação de inúmeros assentamentos em todo o Estado. No segundo mandato do Governo Lula, permaneceu o ritmo decrescente na criação de assentamentos rurais no país e no estado de Minas Gerais.

Os movimentos, entidades e intelectuais, afirmam que em seus oito anos de mandato não se realizou Reforma Agrária, apenas deu-se continuidade à política distributiva de terras em áreas especialmente de conflitos. No atual governo de Dilma Rousseff, a Reforma Agrária apresenta o pior resultado dos últimos 16 anos (como pode ser observado no Gráfico 2 anteriormente mostrado). Os números comprovam que a execução da Reforma Agrária não é prioridade do Governo. O que tem sido feito em termos desapropriação e criação de assentamentos é por meio da regularização. Esta diminuição confirma o lento e gradual processo de abandono da Reforma Agrária no país.

Ao analisar as formas de obtenção de terras para a Reforma Agrária em Minas Gerais, com base nos dados acumulados entre 1985-2011, expresso no Gráfico 4, observa-se que a maioria foi pela via da desapropriação (75%), seguida pelo reconhecimento (14%). É importante destacar que, em Minas Gerais, houve diferenças quanto ao processo de obtenção por período de governo, principalmente no último mandato de FHC e o primeiro Governo Lula, com maior destaque também para os processos de obtenção pelo sistema de reconhecimento. Ainda, existem a desapropriação, reconhecimento/regularização, compra, doação e transferência. A maioria das terras é obtida por meio da desapropriação e reconhecimento/regularização, primeiro, devido à luta pela terra realizada pelos camponeses, concentrando-se principalmente nas Mesorregiões Geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas; e, segundo, pela luta dos grupos remanescentes de quilombolas, localizados principalmente na Mesorregião Norte de Minas.

Gráfico 4: Minas Gerais- Formas de Obtenção de Terras para criação de Assentamentos Rurais - 1985-2011.



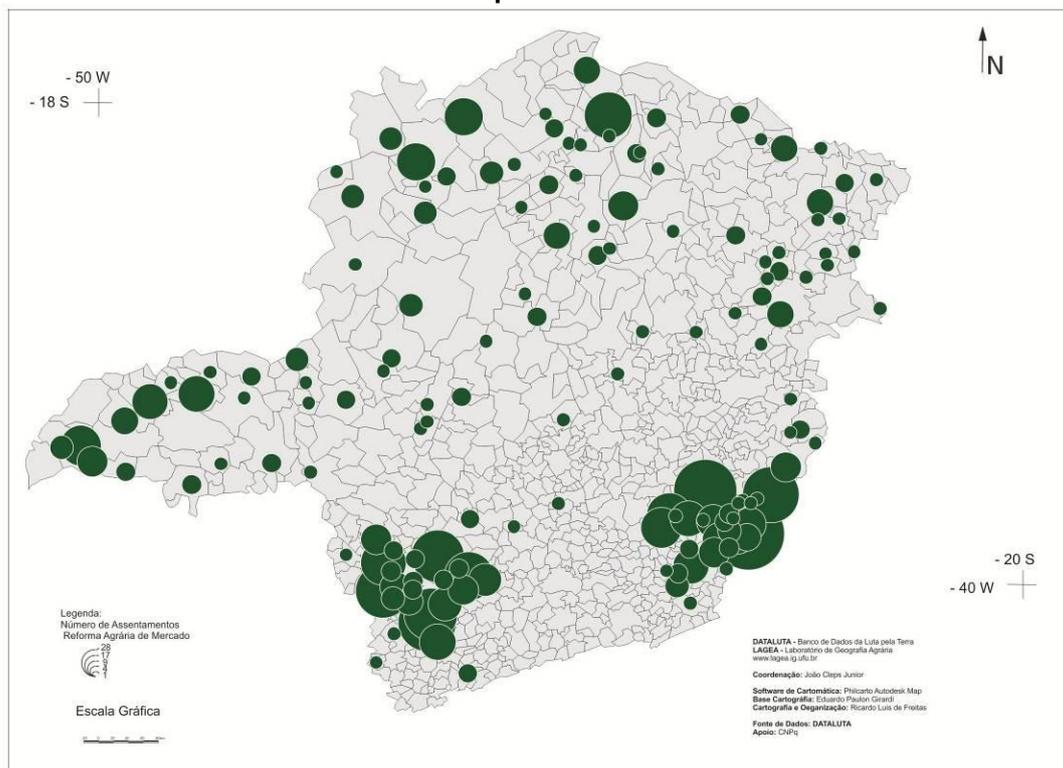
Fonte: INCRA. DATALUTA, 2012. - Org. João Cleps Jr.

No segundo mandato de FHC, a política que se desenvolveu foi a da não desapropriação, e sim a de compra de terras financiada pelo Banco Mundial, para impedir os conflitos entre camponeses e latifundiários. No seu governo, o número de assentamentos RAM foi o dobro de assentamentos da Reforma Agrária. A RAM é baseada na compra de terra. Ela surge para combater as crescentes ocupações de terras lideradas pelos movimentos sociais rurais. No ano de 1997, foi criado o Programa Cédula da Terra no Brasil, considerado um programa complementar à Política Nacional de Reforma Agrária e que contou com o

apoio do Banco Mundial, Governo Federal e elites agrárias que articularam, em nível local, a implantação dessa proposta. Desse modo, há um controle do Banco Mundial nesses territórios, pois o poder econômico está incorporado ao processo de dominação e subordinação dos trabalhadores ao capital. Em 2001, o nome do projeto de Cédula da Terra muda para Banco da Terra.

O Banco da Terra, política complementar à Reforma Agrária convencional, criado no Governo FHC, gerou diversos embates e desdobramentos. De início, as terras eram compradas através de financiamento do Banco Mundial e do Banco do Brasil, pagas pelos agricultores familiares em até 20 anos, com carência de três anos. No estado de Minas Gerais, a criação dos assentamentos RAM ocorreu principalmente nas Mesorregiões Geográficas Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata e Sul de Minas. Ao espacializar a localização desses assentamentos, observamos que duas Mesorregiões destacam-se: Zona da Mata e Sul de Minas. Portanto, as regiões com baixa atuação dos movimentos sociais concentram o maior número de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado. Conforme demonstrado no Mapa 3, a organização do espaço rural das Mesorregiões Zona da Mata e Sul de Minas, basicamente regiões constituídas por pequenas propriedades rurais, colaboram para o sucesso da implantação do projeto Banco da Terra no estado.

Mapa 3: Minas Gerais – Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado criados no período 1988-2009.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

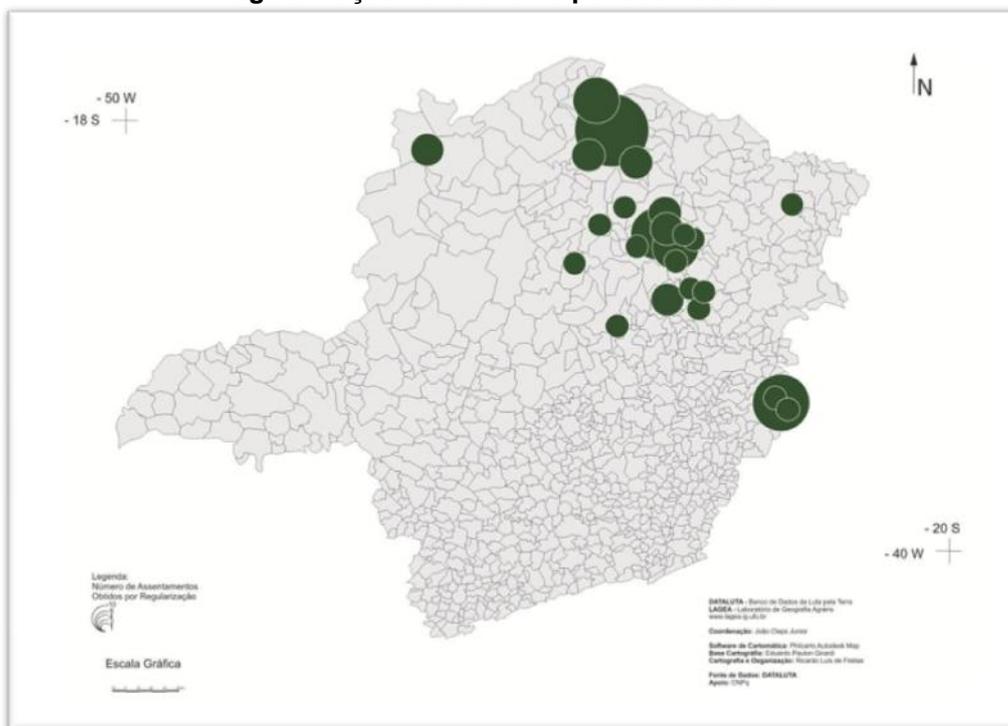
A RAM busca, em primeira instância, beneficiar o proprietário de terra e diminuir os conflitos, pois tal política faria com que a terra se tornasse um produto do mercado, aliás, um produto do latifundiário. Para implantar oficialmente o projeto, exige-se a formação de uma associação de produtores. Assim, quando a propriedade é vendida à associação de agricultores familiares, ela tem que ser paga em dinheiro, não em

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

títulos da dívida agrária, como é na Reforma Agrária via desapropriação. É importante destacar que na Reforma Agrária existem diferentes formas de obtenção dos assentamentos rurais.

No Brasil, a desapropriação de terras é a principal política de Reforma Agrária, é a maior em número de famílias, porém, a menor em número de área em relação à regularização fundiária. A desapropriação é defendida pelos movimentos sociais e intelectuais, porque mesmo que haja indenização ao proprietário, é a principal política que desconcentra a estrutura fundiária. No estado de Minas Gerais, a regularização ocorre, principalmente, em áreas de remanescentes de populações quilombolas, concentrando-se na Mesorregião Geográfica Norte de Minas. A morosidade do governo federal em proceder à titulação de suas terras tem sido uma das razões que motivou as comunidades quilombolas a se unirem em busca da garantia de seus direitos. No ano de 2005, foi criada a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais (N'Golo). No Mapa 4 são indicadas as áreas de localização dos assentamentos obtidos por meio da regularização no estado de Minas Gerais.

Mapa 4: Minas Gerais – Número de Assentamentos Criados pelas Políticas de Obtenção-Regularização Fundiária no período 1985-2011.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2012.

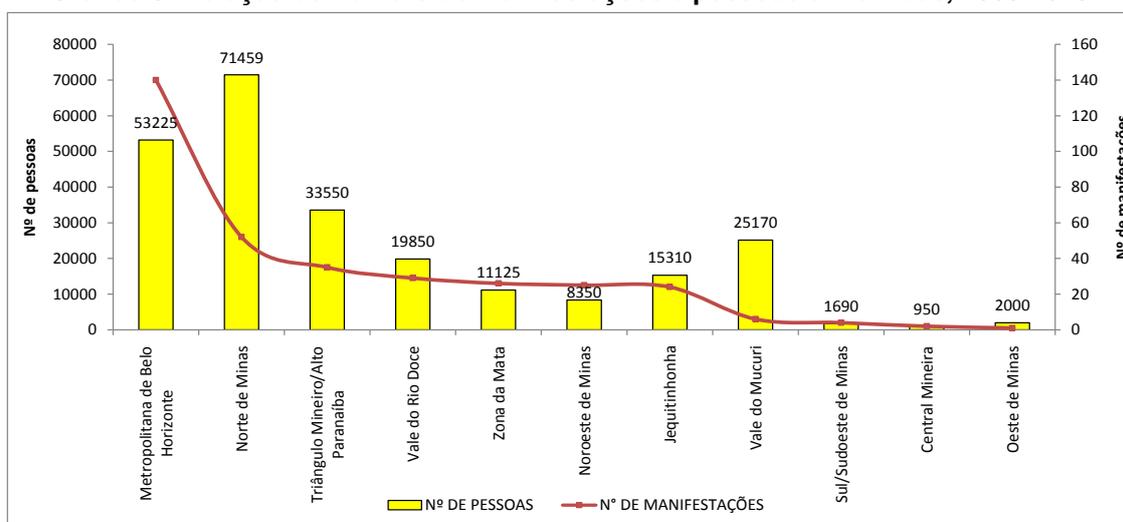
A QUESTÃO DA TERRA E A ÁGUA COMO CENTRO DAS MANIFESTAÇÕES EM MINAS GERAIS

O estado de Minas Gerais é destaque na compreensão da luta pela terra e questão agrária brasileira. Devido a sua extensão territorial e posição geográfica estratégica, e por ser um estado historicamente agrícola e controlado pelos latifundiários, Minas se tornou palco de diversas manifestações e, também, ocupações de terras, principalmente devido ao avanço do agronegócio e extensas monoculturas, mostrado na Tabela 1 e Gráfico 5. Os dados permitem visualizar a distribuição e a espacialização das manifestações de luta pela terra no período 2000-2010, sistematizadas pela CPT e DATALUTA.

Tabela 1: Minas Gerais – Número de Manifestações por Mesorregião, 2000-2010.

MESORREGIÕES	Nº DE MANIFESTAÇÕES	Nº DE PESSOAS
Metropolitana de Belo Horizonte	140	53.225
Norte de Minas	52	71.459
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	35	33.550
Vale do Rio Doce	29	19.850
Zona da Mata	26	11.125
Noroeste de Minas	25	8.350
Jequitinhonha	24	15.310
Vale do Mucuri	6	25.170
Sul/Sudoeste de Minas	4	1.690
Central Mineira	2	950
Oeste de Minas	1	2.000

Fonte: Relatório DATALUTA – Minas Gerais, 2011.

Gráfico 5: Relação do número de manifestações e pessoas envolvidas, 2000-2010.

Fonte: DATALUTA, 2011. - Org.: VICTOR, F. B. (2012)

Conforme exposto, desde o segundo mandato de FHC, a política que predominou foi a RAM, embora, em Minas Gerais, os assentamentos foram criados pela Reforma Agrária. Neste momento, o MST muda sua estratégia de luta. Antes, a ação principal do movimento era a ocupação de latifúndios, porém, a partir de 1998 passou a ocorrer, também, as manifestações. E isso tornou-se uma das ferramentas mais importantes pela qual se pode perceber a realidade do campo e suas formas de manifestação, utilizando-se da mídia como recurso para explicitar o conflito. Por meio dela são divulgadas as inúmeras ações promovidas em todo Brasil. Como exemplo, temos o chamado “Abril Vermelho”, ato político promovido anualmente em abril pelo MST, referindo-se ao massacre de Eldorado dos Carajás. Além da questão da terra, agora pretende-se discutir as condições dos financiamentos que o governo lhe proporciona; a luta contra impunidades dos crimes; escolas nos assentamentos entre outros.

Nos últimos anos, foram registrados diversos atos em favor da Reforma Agrária e vários protestos contra a violência, pedindo a desapropriação ou regularização de terras, renegociação de dívidas, incentivo à pequena produção, em defesa da soberania alimentar, contra a privatização da água e a construção de barragens e em defesa do meio ambiente. Estes atos culminaram em ocupações de prédios públicos,

acampamentos, caminhadas, passeatas, bloqueios de ferrovias, balsas e rodovias. Também foram registrados diversos atos pelo país contra a impunidade, a injustiça e a violência no campo (CLEPS JR., 2010, p. 139).

Na década de 2000-2010, a CPT e a Rede DATALUTA (a partir de 2009) sistematizaram as manifestações promovidas pelos movimentos sociais do campo, a fim de compreender as dinâmicas e estratégias de luta. Nesse período, em Minas Gerais foram registradas 344 manifestações, com a participação de 242.679 pessoas que vivenciaram a realidade do campo. Como demonstrado, a mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte concentra 40,7% do total de ações do período. Isso se explica, sobretudo, devido ao fato dos principais órgãos públicos responsáveis possuírem sedes na capital mineira, como INCRA-MG, Governo Estadual e Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os órgãos oficiais são os principais envolvidos nas negociações e audiências reivindicadas pelos movimentos. Nota-se que os mais importantes encontros entre movimentos ocorrem na capital do estado.

A luta pela terra e a questão da água reconfiguram-se no embate de forças econômicas entre as grandes propriedades/empreendimentos e a agricultura familiar camponesa. No período de 1990 a 2010 foram identificados 36 movimentos sociais do campo atuantes em Minas Gerais. As ações tiveram como principais protagonistas o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Libertação dos Sem-terra (MLST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG/STR), a Via Campesina e a CPT (CPT, 2012). As ações dos movimentos por meio de manifestações ocorreram principalmente nas regiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Norte de Minas, visto que são áreas ocupadas pelo agronegócio e onde a disputa pela terra e água têm adquirido dimensão importante nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária caminha hoje junto com a questão ambiental. As regiões de maior concentração de recursos naturais (água, terra, minério e biodiversidade) têm se tornado alvos de disputas políticas e econômicas. Agravam-se os problemas com relação à privatização da água e as construções de barragens, que também enfrentam ações de resistências dos movimentos e populações que reivindicam a soberania sobre seus territórios.

Entendemos a criação dos assentamentos rurais como uma resposta aos conflitos agrários. Áreas onde se registram intensidade dos conflitos tem revelado um adensamento dos assentamentos, tais como algumas regiões mineiras: Noroeste, Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Do ponto de vista dos projetos de assentamento existentes, é preciso também assinalar que os números tendem a esconder a precariedade com que se reproduz a sua grande maioria, marcados pela falta de infraestrutura, assistência técnica, apoio à produção, comercialização, entre outros. Vemos que a criação do assentamento rural é apenas a primeira medida, pois os assentados necessitam de apoio técnico e financeiro para produzir ações que compete ao governo. As ações dos movimentos sociais do campo, a fim de pressionar o Estado, não só realizam ocupações de terras, mas tem reivindicado seus direitos por meio das manifestações, buscando melhores condições de produção e financiamento e assistência técnica.

Esses fatores demonstram que a Reforma Agrária é necessária e fundamental para o desenvolvimento efetivo do campo brasileiro. Entre as principais reivindicações estão o fornecimento de

crédito para habitação, a obtenção de licença ambiental e a garantia dos recursos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através das suas modalidades específicas.

Por sua parte, os assentamentos da RAM, pela perspectiva mercadológica da compra da terra, concentram-se nas regiões mineiras com menor atuação dos movimentos sociais, até mesmo por se tratar de uma estratégia para amenizar os conflitos do campo. Mesmo que famílias sejam assentadas e tenham acesso à terra para cultivo e trabalho, os assentamentos do tipo RAM acabam por gerar o endividamento do pequeno produtor, e não trazem melhorias para os beneficiários do projeto, que se veem envolvidos em um complexo problema, principalmente no que diz respeito às suas dívidas da compra da terra. A Reforma Agrária de Mercado tornou-se uma medida mais interessante ao governo, visando atender à população do campo que reivindica o acesso à terra, mas sem interferir ou prejudicar as elites econômicas através das desapropriações da Reforma Agrária, como muitos estudiosos já demonstraram. Ocorre de fato uma redução no papel do Estado e a maior participação dos bancos financiadores.

Conforme exposto, as manifestações sociais sistematizadas pelo DATALUTA e CPT indicam a luta constante dos movimentos sociais na busca e na disputa por outro modelo para a sociedade e o campo brasileiro. Os dados e a sua espacialização demonstram que nas regiões de expansão e controle territorial pelo agronegócio, como exemplo das regiões mencionadas, é onde predominam os assentamentos de Reforma Agrária, devido, principalmente, às ações dos movimentos sociais a partir das ocupações de terras em confronto contra as grandes propriedades.

Neste contexto, podemos dizer que a terra continua sendo o tema central e, nos últimos anos, já constitui a maior parte do número de manifestações. E, ainda, que a diminuição das ocupações e assentamentos criados a partir de 2006, evidencia, de acordo com os estudos a partir do DATALUTA, o gradual abandono da política de Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS

CLEPS JUNIOR., J. As ações dos movimentos sociais no campo em 2010. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. da S.; WICHINIESKI, I. (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. 1 ed. Goiânia: CPT - Comissão Pastoral da Terra, 2011, v. 1, p. 136-143.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório Anual Brasil. Coordenação: FERNANDES, Bernardo Mançano. Presidente Prudente/NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP (vários anos).

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra**. Disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/htm>. Acesso em 04 de junho de 2006. 7p.

FREITAS, R. L. de; CLEPS JUNIOR, J. O Projeto Banco da Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. In: V Simpósio Internacional/VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém/PA. **Anais do V Simpósio Internacional/ VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Belém-PA: IFCH/UFGA, 2011. v. 5. p. 1-16.

MOURA, D. J.; VICTOR, F. B. Ocupações e Manifestações em Minas Gerais: a luta pela terra a partir da pesquisa DATALUTA, 1990-2010. In: **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012**, Uberlândia. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, p. 1-12.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.22, 2003.

RAMOS FILHO, E. S. Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de mercado (2003-2006). **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2-5, 2009.